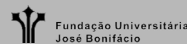


OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 8, ano VI • 2007
ISSN 1808-0235



patrocínio



A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul

The New Geopolitics of Nations and the Role of Russia, China, India, Brazil and South Africa

JOSÉ LUÍS FIORI | jjfiori@uol.com.br

Professor titular de "Economia Política Internacional", do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo Inúmeras transformações vêm ocorrendo na distribuição do poder político, econômico e militar dentro do sistema internacional, o que leva a um realinhamento das estratégias nacionais. Além do papel das grandes potências nesse mundo em transformação, o presente texto analisa o papel das potências emergentes, África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia. Com a adoção da perspectiva histórica, é possível visualizar grandes tendências do sistema, desde sua formação até seu futuro próximo. A análise está organizada em períodos históricos e em diferentes zonas geográficas, utilizadas para examinar o exercício do poder regional e mundial diante dos novos constrangimentos e oportunidades geradas pelo sistema internacional no atual período histórico. **Palavras-chaves** *Geopolítica; sistema internacional; poder*

Abstract Many transformations have been occurring within the distribution of economic, military and political powers in the international system, which leads to a realignment of the national strategies. Besides the role of great powers in this changing world, this article analyzes the role of the emergent powers – South Africa, Brazil, China, India and Russia. By adopting a historical perspective it's possible to visualize great system's tendencies, since its formation until its near future. The article is organized in historical periods and in different geographical zones used to analyze the exercise of regional and world power facing new constraints and opportunities created by the international system in the present historical period. **Key-words** *Geopolitic; international system; power.*

O fato e a teoria

Toda análise do sistema internacional supõe alguma visão teórica, a respeito do tempo, do espaço e do movimento da sua “massa histórica”. Sem a teoria é impossível interpretar a conjuntura, e identificar os movimentos cíclicos e as “longas durações” estruturais, que se escondem e desvelam, ao mesmo tempo, através dos acontecimentos imediatos do sistema mundial. Só tem sentido falar de “grandes crises”, “inflexões” e “tendências” a partir de uma teoria que relacione e hierarquize fatos e conflitos locais, regionais e globais, dentro de um mesmo esquema de interpretação. Além disto, é a teoria que define o “foco central” da análise e a sua “linha do tempo”. Por exemplo, com relação às transformações mundiais das últimas décadas, é muito comum falar de uma “crise da hegemonia americana”, na década de 1970, e reconhecer que, depois disto, houve duas inflexões históricas muito importantes, em 1991 e 2001. Mas, por trás deste consenso aparente, podem esconder-se interpretações completamente diferentes, dependendo do ponto de partida teórico de cada analista. Por isto, essa nossa análise da conjuntura internacional começa expondo, de forma sintética, o seu foco de observação, a sua tese central e suas principais premissas teóricas, para só depois analisar as mudanças recentes do sistema mundial, e discutir o novo lugar de China, Índia, Brasil e África do Sul.

O foco da análise e a sua tese central

O foco da nossa análise se concentra no movimento de expansão e nas transformações estratégicas do poder global dos Estados Unidos, depois da sua “crise” dos anos 1970, e da sua vitória dos anos 1990, quando os Estados Unidos assumiram, explicitamente, o projeto de construção de um império global. Mas, logo no início do século XXI, este projeto começou a enfrentar dificuldades que reabriram as portas – dialeticamente – para o fortalecimento dos estados nacionais e do seu cálculo geopolítico tradicional, em todos os tabuleiros regionais do sistema mundial. Muitos analistas confundiram esta mudança com uma “crise terminal” do poder americano, ou do “sistema mundial moderno”, sem perceber que neste início do século XXI, o sistema interestatal “moderno” se universalizou, reacendendo a competição político-econômica dos seus estados mais poderosos, e viabilizando um novo ciclo de crescimento da economia internacional.

As premissas teóricas

Por trás da nossa hipótese, existem algumas generalizações teóricas acerca da história da formação, expansão e mudanças do sistema mundial que se formou no século XVI, e se consolidou nos séculos XVII e XVIII, a partir da Europa. De forma sintética, e por ordem, vejamos as suas teses principais:

i) O atual “sistema político mundial”, que nasceu na Europa, no século XVI, e foi se universalizando nos últimos 500 anos, não foi uma obra espontânea, nem diplomática. Foi uma criação do poder, do poder conquistador de alguns estados territoriais europeus, que definiram suas fronteiras nacionais no mesmo momento em que se expandiram – simultaneamente – para fora da Europa e se transformaram em impérios globais.¹

ii) Da mesma forma, o “sistema econômico mundial”, que também se constituiu neste mesmo período, a partir da Europa, não foi uma obra exclusiva dos “mercados” ou do “capital em geral”. Foi um subproduto da expansão competitiva e conquistadora de algumas economias nacionais européias que se internacionalizaram junto com seus respectivos “estados-economias”, que se transformaram, imediatamente, em impérios coloniais.

iii) Duas características distinguem a originalidade e explicam a força vitoriosa destes poderes europeus: primeiro, a maneira como os estados territoriais criaram, e se articularam, com suas economias nacionais, produzindo uma “máquina de acumulação” de poder e riqueza, absolutamente nova e explosiva – os “estados-economias nacionais”; e segundo, a maneira em que estes “estados-economias nacionais” nasceram, em conjunto, e numa situação de permanente competição e guerra, entre si, e com os poderes imperiais, de fora da Europa.

iv) Desde o início desse sistema, segundo o sociólogo alemão Norbert Elias (1939/1976, p. 134), nessa competição permanente, “quem não sobe, cai”. Por isto, as guerras se transformaram na atividade principal dos primeiros poderes territoriais europeus, e depois seguiram sendo a atividade básica dos estados nacionais. E, com isso, as guerras acabaram cumprindo na Europa, um papel contraditório, atuando, simultaneamente, como uma força destrutiva e integradora e promovendo uma espécie

¹ Estes conceitos e visão teórica aparecem desenvolvidos de forma mais extensa em dois outros artigos nossos: o primeiro, cujo título é “Sistema mundial: império e pauperização”, foi publicado no livro de J.L.Fiori e C. Medeiros (org), *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999; e o segundo, cujo título é “Formação, expansão e limites do Poder Global”, foi publicado no livro de J.L.Fiori (org) *O Poder Americano*, também publicado pela Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

de “integração destrutiva”, de territórios e regiões que tinham se mantido distantes e separadas, até os séculos XVI e XVII, e que só passaram a fazer parte de uma mesma unidade, ou de um mesmo sistema político, depois da Guerra dos 30 anos e da Paz de Westfália, em 1648, e das Guerras do Norte, no início do século XVIII.

v) Dentro desse novo sistema político, todos os seus estados estavam obrigados a se expandir, para poder sobreviver. Por isto se pode falar de uma “compulsão expansiva” de todo o sistema, e de cada um de seus estados territoriais, e da sua necessidade de conquista permanente, de novas posições monopólicas de poder e de acumulação de riqueza. É neste sentido que se pode dizer que, desde a formação mais incipiente do novo sistema, suas unidades competidoras tinham que se propor, em última instância, à conquista de um poder cada vez mais global, sobre territórios e populações cada vez mais amplos e unificados, até o limite teórico da monopolização absoluta e da constituição de um império político e econômico que teria uma abrangência mundial.

vi) Mas, essa tendência à centralização e à monopolização do poder e da riqueza, que nasce da competição dentro do sistema mundial nunca se realizou plenamente, nestes últimos 500 anos. E não se realizou porque as mesmas forças que atuam na direção do poder global atuam, também, na direção do fortalecimento do poder e dos capitais nacionais. Para ser mais preciso: a vitória e a constituição de um império mundial seria a vitória de algum estado nacional específico. Daquele que tivesse sido capaz de monopolizar o poder, até o limite do desaparecimento dos seus competidores. Mas, ao mesmo tempo, sem o prosseguimento da competição, o estado ganhador não teria como seguir aumentando o seu próprio poder, como no caso da competição intercapitalista. Nesse sentido, pode concluir-se que a vitória hipotética de um único “estado-economia nacional” significaria, ao mesmo tempo, a destruição do mecanismo de acumulação de poder e riqueza que mantém o sistema mundial em estado de expansão desordenada, desequilibrada e contínua.

vii) Essa contradição do sistema mundial impediu o nascimento de um império global, mas não impediu a oligopolização precoce do controle do poder e da propriedade da riqueza, nas mãos de um pequeno grupo de estados que se transformaram nas Grandes Potências, com capacidade de imposição da sua soberania e do seu poder muito além de suas fronteiras nacionais. Uma espécie de núcleo central do sistema, que nunca teve mais do que seis ou sete “sócios”, todos eles europeus, até o início do século XX, quando os Estados Unidos e o Japão ingressaram no “círculo governante” do mundo. Além disto, estes estados sempre colocaram barreiras à entrada de novos “sócios” e, apesar de suas relações competitivas e bélicas, sempre mantiveram entre si relações complementares.

viii) Os estados e seus capitais nacionais nem sempre andaram juntos nas suas competições econômicas e político-militares, mas, na hora da escassez de recursos essenciais aos estados e aos capitais privados, sua aliança nacional se estreitou até o limite do enfrentamento conjunto das guerras. Por sua vez, também entre os estados e os capitais nacionais competidores, houve sempre convivência, complementaridade e até alianças e fusões, ao lado da competição, dos conflitos e das guerras. Às vezes predominou o conflito, às vezes a complementaridade, mas foi esta “dialética” que permitiu a existência de períodos mais ou menos prolongados de paz e crescimento econômico convergente entre as Grandes Potências. E só em alguns momentos excepcionais, em geral depois de grandes guerras, é que a potência vencedora pôde exercer uma “hegemonia benevolente”, dentro do grupo das Grandes Potências e com relação ao resto do mundo, graças ao interesse comum na reconstrução do sistema recém destruído.

ix) Até o fim do século XVIII, o “sistema político mundial” se restringia aos estados europeus e seus impérios coloniais, aos quais se agregaram no século XIX, os estados americanos e, depois, no século XX, os novos estados africanos e asiáticos. Algo diferente aconteceu com o “sistema econômico mundial” que sempre incluiu as economias coloniais dentro da divisão internacional do trabalho definida pelas necessidades das metrópoles, e as manteve, depois das suas independências políticas, na condição de economias periféricas.

x) Foi só no final do século XX, que o sistema mundial universalizou a “forma estado” de organização do poder político territorial. Mas, em muitos casos, estes estados foram “desenhados” pelo arbítrio das potências coloniais e até hoje não conseguem ter controle da arrecadação fiscal e da sua própria ordem interna. Mas mesmo assim, com a multiplicação das novas unidades territoriais, o sistema mundial se fragmentou, dando origem a várias estruturas políticas e econômicas regionais, onde se reproduzem as lutas pela liderança ou hegemonia local, que se transformou numa condição indispensável para participar da luta pelo poder global.

xi) Concluindo, do nosso ponto de vista, qualquer discussão sobre o futuro do atual sistema mundial e sobre as perspectivas dos seus estados ou “potências emergentes” deve partir de quatro convicções preliminares: i) no “universo em expansão”, liderado pelos estados e economias nacionais dominantes, não há possibilidade lógica de uma “paz perpétua”, nem tampouco de mercados equilibrados e estáveis; ii) não existe a possibilidade de que as Grandes Potências possam praticar, de forma permanente, uma política só voltada para a preservação do *status quo*, isto é, elas serão sempre expansionistas, mesmo quando já tenham conquistado e se mantenham

no topo das hierarquias de poder e riqueza do sistema mundial; iii) por isto, o líder ou *hegemon*, é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemônica porque “quem não sobe, permanentemente, cai”, dentro deste sistema mundial; e, finalmente, iv) não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo, saia – alguma vez – das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores.

O poder global dos Estados Unidos

Expansão, hegemonia e projeto imperial

Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que se formou fora da Europa². Mas sua conquista e colonização foi uma obra do expansionismo europeu, assim como sua guerra de independência foi uma “guerra europeia”. E seu nascimento foi – ao mesmo tempo – o primeiro passo do processo de universalização do sistema político interestatal, inventado pelos europeus, e que só se prolongaria até o final do século XX. Além disso, depois da independência das 13 Colônias, em 1776, os Estados Unidos se expandiram de forma contínua, como aconteceu com todos os estados nacionais que já se haviam transformado em Grandes Potências e em Impérios Coloniais.³

Pelo caminho das guerras ou dos mercados, os Estados Unidos anexaram a Flórida em 1819, o Texas em 1835, o Oregon em 1846, o Novo México e a Califórnia em 1848. E, no início do século XIX, o governo dos Estados Unidos já havia ordenado duas “expedições punitivas”, de tipo colonial, ao norte da África, onde seus navios bombardearam as cidades de Trípoli e Argel, em 1801 e 1815. Por outro lado, em 1784, um ano apenas depois da assinatura do Tratado de Paz com a Grã-Bretanha, já chegavam aos portos asiáticos os primeiros navios comerciais norte-americanos e, meio século depois, os Estados Unidos, ao lado das Grandes Potências econômicas europeias, já assinavam ou impunham Tratados Comerciais à China, em 1844, e ao Japão, em 1854. Por fim, na própria América, quatro décadas depois da sua independência, os Estados Unidos já se consideravam com direito à hegemonia exclusiva em

todo o continente e executaram sua Doutrina Monroe, intervindo em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na Venezuela, em 1887, e no Brasil, em 1893. E, finalmente, declararam e venceram a guerra com a Espanha, em 1898, conquistando Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, para logo depois intervir no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República Dominicana, em 1905, em Cuba, em 1906, e, de novo, no Haiti, em 1912. Por fim, entre 1900 e 1914, o governo norte-americano decidiu assumir plenamente o protetorado militar e financeiro da República Dominicana, do Haiti, da Nicarágua, do Panamá e de Cuba, e confirmou a situação do Caribe e da América Central como sua “zona de influência” imediata e incontestável.

Na Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tiveram uma participação decisiva para a vitória da Grã-Bretanha e da França, na Europa, e nas decisões da Conferência de Paz de Versailles, em 1917. Mas foi só depois da Segunda Grande Guerra que os norte-americanos ocuparam o lugar da Grã-Bretanha dentro do sistema mundial, impondo sua hegemonia na Europa e na Ásia e, um pouco mais à frente, no Oriente Médio, depois da Crise de Suez, em 1956. Foi neste período de reconstrução da Europa, da Ásia e do próprio sistema político e econômico mundial, que os Estados Unidos lideraram – até a década de 1970 – uma experiência sem precedentes de “governança mundial” baseada em “regimes internacionais” e “instituições multilaterais”, tuteladas pelos norte-americanos. A engenharia deste novo sistema apoiou-se na bipolarização geopolítica do mundo, com a União Soviética, e numa relação privilegiada dos Estados Unidos com a Grã-Bretanha, e com os “povos de língua inglesa”. Mas, além disto, tiveram papel decisivo no funcionamento dessa nova “ordem regulada”: a unificação europeia, sob proteção militar da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), e a articulação econômica – original e virtuosa – dos Estados Unidos com o Japão e a Alemanha, que foram transformados em “protetorados militares” norte-americanos e em líderes regionais do processo de acumulação capitalista, na Europa e no Sudeste Asiático.

Esse período de reconstrução do sistema mundial e de “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos durou até a década de 1970, quando os Estados Unidos perderam a Guerra do Vietnã e abandonaram o regime monetário e financeiro internacional, criado sob sua liderança, na Conferência de Bretton Woods, no final da Segunda Guerra Mundial. Foi quando se falou de uma “crise de hegemonia”, e muitos pensaram que fosse o final do poder americano. Existe uma interpretação dominante, sobre esta “crise da hegemonia americana”, da década de 1970, que realça, no campo geopolítico, as derrotas militares e os fracassos diplomáticos dos Estados Unidos, no Vietnã – e seu “efeito dominó” no Laos e no Camboja – mas também na África, na

2 O Japão pode ser considerado como o primeiro estado nacional “extra-europeu”, mas ele se manteve à margem do sistema mundial até a segunda metade do século XIX.

3 Essa visão da história do expansionismo norte-americano aparece mais desenvolvida no meu artigo “O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”, publicado no livro de J.L.Fiori (org), *O Poder Americano*, publicado pela Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

América Central e no Oriente Médio, culminando com a revolução xiita e a “crise dos reféns”, no Irã, e a invasão soviética do Afeganistão, já no final da década, em 1979. Essa mesma interpretação costuma destacar, pelo lado econômico, o fim do “padrão dólar-ouro”, a subida do preço do petróleo, a perda de competitividade da economia norte-americana e a primeira grande recessão econômica mundial, depois da Segunda Grande Guerra. Uma sucessão de acontecimentos que teriam fragilizado e desafiado o poder americano, provocando uma avassaladora resposta conservadora, na década de 1980. Uma resposta que teria permitido a “retomada da hegemonia” e teria dado origem às principais transformações do sistema mundial, no fim século XX.⁴

Mas existe outra maneira – mais dialética – de ler estes mesmos acontecimentos, a partir do processo de reconstrução do sistema mundial e do sucesso da hegemonia norte-americana, depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Deste ponto de vista, o renascimento competitivo da Alemanha e do Japão foi uma consequência necessária do crescimento econômico capitalista da “era de ouro” e da estratégia norte-americana de articulação preferencial da sua economia com as economias alemã e japonesa, induzida pela Guerra Fria, dentro da Comunidade Européia, e pela Revolução Chinesa e as Guerras da Coreia e do Vietnã, no Sudeste Asiático. Foi este mesmo sucesso econômico e o consequente fortalecimento da Alemanha Ocidental que permitiram que o governo social-democrata de Willie Brandt tomasse a iniciativa de se aproximar da União Soviética, sem consultar aos Estados Unidos. Dando início à segunda movida geopolítica mais importante do início da década de 1970, a Ostpolitik, que seria mantida e aprofundada, depois da reunificação da Alemanha,⁵ e do reaparecimento da Rússia no tabuleiro geopolítico europeu, depois do fim da Guerra Fria e do desmembramento da União Soviética. Por outro lado, o aumento do peso econômico e da competitividade mundial da Europa e do Japão, junto com o aumento dos gastos expansionistas dos Estados Unidos no Vietnã, só poderiam acabar pressionando a paridade do dólar em ouro, estabelecida em Bretton Woods. Depois de 1968, cresceu o déficit orçamentário americano, e os Estados Unidos começaram a apresentar déficits no seu balanço comercial, os primeiros desde a Segunda Guerra Mundial. Por

4 É a linha central do argumento do livro organizado por M.C.Tavares e J.L. Fiori, *Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

5 Como relata e comenta William Bundy (1998), “Having tidied his relations with his Western allies, Willy Brandt sent his special emissary, Egon Bahr, to Moscow in May 1970 for ten days of intense and comprehensive secret talks. Only a few observers pointed to the enormous possibilities arising from the complementary character of the Soviet and West Germany economies, or noted that with oil supplies becoming tighter worldwide, the exchange of West German help in materials and finance, in return for Soviet oil and natural gas, could readily bond two in ways no American economic tie could match” (p. 177).

isso, antes do momento da rutura final do “padrão dólar”, em 1973, as autoridades monetárias americanas já vinham discutindo o problema e analisando as alternativas mais favoráveis aos interesses dos Estados Unidos⁶, incluindo as teses “desregulacionistas” que haviam sido defendidas e derrotadas transitoriamente pelos setores financeiros, na Conferência de Bretton Woods. Desse ponto de vista, a “crise do dólar”, no início dos anos 1970, não foi um acidente nem foi uma derrota, foi o resultado de um período de sucesso econômico e foi também uma mudança planejada da estratégia econômica internacional dos Estados Unidos, feita com o objetivo de manter a autonomia da política econômica e preservar a liderança mundial da economia norte-americana⁷. Da mesma forma, pode-se dizer que o fortalecimento tecnológico da União Soviética, no campo militar e espacial, que assustou os Estados Unidos na década de 1970, também foi uma consequência inevitável da estratégia americana de contenção e de pressão militar e tecnológica contínua sobre a União Soviética, que serviu, ao mesmo tempo, para justificar os massivos investimentos tecnológico-militares dos Estados Unidos.

Por último, a chamada “insubordinação da periferia”, que é incluída como parte da “crise dos 70”, foi ao mesmo tempo, pelo menos em parte, uma grande vitória geopolítica dos Estados Unidos, que apoiaram o processo da descolonização da África e da Ásia, ao lado da União Soviética. No final da Segunda Guerra, existiam cerca de 60 estados nacionais e, no momento em que terminou a Guerra Fria, já havia cerca de 200 estados nacionais independentes, em todo o mundo. E foi exatamente no período da “ordem regulada”, ou da “hegemonia benevolente” dos Estados Unidos, que o sistema “interestatal” se universalizou, criando uma nova realidade e um desafio à “governança mundial”, que começou a se manifestar de forma mais aguda, na década de 60, durante a descolonização africana.

De vários pontos de vista, portanto, pode-se dizer que, no final da década de 1960, já haviam se esgotado o espaço e o tempo da parceria virtuosa e da “hegemo-

6 “But behind the scenes, Paul Volcker in particular was becoming deeply concerned by the steady drop in U.S. gold stocks, to less than half what they had been in 1960, and by continuing adverse trends in the U.S. trade and liquidity positions. Knowing that any formal paper might leak, with devastating consequences, he set down his concerns in the draft private memorandum to Connally early in 1971, saying that if these trends continued, as he thought likely, a change in the parity rate of the dollar would become necessary. However, this could be done only in the wider context of negotiating a major currency realignment, which in turn would be possible only if the “gold window”, official sales from U.S. gold stocks was closed”, (BUNDY, 1998, p. 213).

7 “In conclusion, the image of the breakdown of the Bretton Woods due to the decline of American power is most misleading because it underestimates the continuity in the evolution of the international monetary system since the late 1950s. Since the early 1970, private capital markets have grown rapidly, further displacing the elements of collective monetary management envisaged at Bretton Woods” (WALTER, 1993, p. 190).

nia benevolente” dos Estados Unidos. Ela foi atropelada pelo seu próprio sucesso e suas contradições e foi modificada pelo poder de autotransformação do seu criador e *hegemon*, os Estados Unidos, que “fugiu para frente” e redefiniu o seu projeto internacional, para manter sua dianteira, na corrida pelo poder e pela riqueza, dentro do sistema mundial. Afinal, como disse Norbert Elias, neste sistema, “quem não sobe, cai”. E foi com este objetivo que os Estados Unidos abandonaram o Sistema de Bretton Woods, recuperando sua liberdade de iniciativa monetária, e abandonaram o Vietnã e se aproximaram da China, renegociando a sua posição expansionista no sudeste asiático, devolvendo aos chineses os seus antigos “estados tributários” da Conchinchina. Foi exatamente assim que começou, em 1970, a grande transformação geopolítica do sistema mundial, que segue em pleno curso, no início do século XXI: num primeiro momento, a China e os Estados Unidos assumiram a reorganização conjunta do tabuleiro geopolítico do sudeste asiático⁸, sem que os norte-americanos abandonassem sua proteção militar do Japão, de Taiwan e da Coreia do Sul. Mas depois, esta mesma mudança estratégica dos anos 70 acabou abrindo as portas e refazendo o mapa econômico do mundo, com a construção do eixo entre a China e os Estados Unidos, que se transformou na locomotiva da economia mundial.⁹

Assim mesmo, não há dúvida de que a derrota no Vietnã teve um papel importante no início da “revolução militar”, que mudou a concepção estratégica e logística da guerra, no fim do século XX. Depois da derrota, os Estados Unidos desenvolveram novos sistemas de informação, controle e comando dos campos de batalha e investiram

8 “The year 1970 was one of ferment in the relations among major powers, China and the United States... Zhou thought the United States was still a power and a balancer in Asia, but Lin Piao considered it seriously weakened and concluded that the right move was to collaborate with the Soviets to drive right out of East Asia. At a climatic Party meeting at Lushan in the late August and early September 1970, Zhou’s moderate group finally prevailed, and this opened the way for renewed feelers toward America... China’s resulting policy was signaled to America in a way that Kissinger concedes he completely failed to detect. Mao invited the American journalist Edgar Snow, a longtime supporter of the Chinese regime, to appear on the platform beside him at the October 1 celebration of the National Day of the People’s Republic” (BUNDY, 1998, p. 165).

9 Este ponto será desenvolvido, separadamente, num próximo artigo, porque neste texto o foco é a formação do poder global dos Estados Unidos e suas repercussões nas várias regiões do sistema mundial. Nossa tese é que a negociação de paz no Vietnã foi, ao mesmo tempo, o momento do encontro histórico entre o movimento expansivo e de longa duração, do estado norte-americano, com o movimento paralelo e mais lento, da China, a partir da sua derrota na Primeira Guerra do Ópio, em 1842. Depois da derrota, o poder imperial chinês entrou em declínio, até a Revolução Republicana de 1912, mas, paralelamente, desenvolveu-se uma guerra civil, quase crônica e secular, que foi, ao mesmo tempo, uma luta contra o imperialismo europeu, no século XIX, e, depois, na primeira metade do século XX, contra o imperialismo japonês. Guerras e centralização de poder que se estendem da Revolução Taiping, na metade do século XIX, até a vitória da Revolução Comunista, em 1949. Seguida, imediatamente, pelas Guerras da Coreia e do Vietnã, até o momento – em 1970 – em que a China enviou os primeiros sinais favoráveis às negociações com a dupla Nixon/Kissinger, que estão na origem desta grande transformação que trouxe a Ásia e a China para o epicentro do sistema mundial inventado pelos europeus, no século XVI.

pesadamente na produção de novos vetores, bombas teledirigidas e equipamentos sob comando remoto. Uma nova tecnologia militar que foi experimentada na Guerra do Golfo, em 1991, e que, depois, se transformou numa ferramenta importante do projeto imperial americano, dos anos 1990. Da mesma forma que a “crise do dólar”, a desregulação dos mercados teve um papel decisivo na “revolução financeira” dos anos 1980/90 e no nascimento do novo sistema monetário “dólar-flexível”, que também se transformaram em ferramentas de poder fundamentais para a “escalada americana”, nas décadas seguintes. Depois de 1991, com a eliminação da concorrência soviética e com a ampliação do espaço desregulado da economia mundial, criou-se um novo tipo de “território global”, submetido à senhoriação do dólar e à velocidade de intervenção das forças militares americanas. Foi o momento em que o sistema mundial deixou para trás, definitivamente, a perspectiva de um modelo “regulado” de “governança global” e de “hegemonia benevolente” e começou a experimentar o novo projeto imperial americano que começou a ser desenhado nos anos 1970, e alcançou “velocidade de cruzeiro” na década de 1990, no período em que a China ainda digerira a sua própria mudança de estratégia econômica e geopolítica internacional.

O limite do império

Depois da queda do Muro de Berlim, o bombardeio de Bagdá, em 1991, cumpriu um papel equivalente ao bombardeio atômico de Hiroshima e Nagasaki, em 1945: definiu o poder e a hierarquia do sistema mundial, depois do fim da Guerra Fria. Mas, dessa vez, não houve um “acordo de paz”, nem havia outra potência com capacidade de negociar ou limitar o poder unilateral dos Estados Unidos. Foi assim que, depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria e no auge da globalização financeira, o mundo experimentou, na década de 1990, pela primeira vez na história, a possibilidade real de um império global. Mas esta nova “situação imperial” ficou encoberta, num primeiro momento, pela comemoração coletiva da vitória “ocidental”, e pela força da ideologia da globalização, com sua crença no fim da história, das fronteiras nacionais e das próprias guerras. Só no início do século XXI, em particular depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, é que o projeto imperial americano ficou mais transparente. A despeito disto, olhando retrospectivamente, pode-se ver que o próprio período Clinton – que foi o auge da utopia globalitária – seguiu, depois de 1993, a mesma orientação estratégica que vinha sendo adotada pelo governo Bush (pai), depois do fim da Guerra do Golfo, ambos convencidos de que o novo século deveria ser um “século americano” global. Durante os oito anos dos seus dois

mandatos, a administração Clinton manteve um forte ativismo militar, apesar de sua retórica a favor da “convivência e integração pacífica dos mercados nacionais”. Neste período, segundo Andrew Bacevich (2002, p. 143), “os Estados Unidos fizeram 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria”. Depois de 2001, a nova administração Bush (filho) mudou a retórica da política externa americana e voltou a usar a linguagem militarista, defendendo o direito unilateral dos Estados Unidos de fazer intervenções militares preventivas, em nome da sua “guerra global ao terrorismo”, declarada depois dos atentados do 11 de setembro. Mas mesmo nos seus momentos mais belicistas, a administração Bush não abandonou o discurso a favor do liberalismo econômico, nem as pressões concretas, para obter a abertura e desregulação de todos os mercados nacionais.

Quando se olha a década de 1990, do ponto de vista desse projeto imperial e do seu expansionismo militar, muito antes dos ataques terroristas, compreende-se melhor a rapidez e as intenções geopolíticas da ocupação americana dos territórios fronteiriços da Rússia, que haviam estado sob influência soviética até 1991. O movimento de ocupação começou pelo Báltico, atravessou a Europa Central, a Ucrânia e a Bielorrússia, passou pela “pacificação” dos Bálcãs e chegou até a Ásia Central e o Paquistão, ampliando as fronteiras da OTAN, mesmo contra o voto dos europeus. Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo “cinturão sanitário”, separando a Alemanha da Rússia e a Rússia da China, e sobre a existência de um novo poder militar global, com o controle centralizado de uma infra-estrutura mundial de poder, com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de “apoio militar recíproco” com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos e com a capacidade de intervenção quase instantânea em qualquer ponto do espaço aéreo mundial. Da mesma forma, quando se olha para a década de 1990, do ponto de vista do projeto americano de construção de um “império financeiro mundial”, também se compreende melhor a lógica expansiva da sua política de desregulação, privatização e globalização financeira. No fim da década de 1990, o dólar havia se transformado na moeda do sistema monetário internacional, sem ter o padrão de referência que não seja o próprio poder americano e o arbítrio do seu Banco Central, o FED. E os títulos da dívida pública dos Estados Unidos haviam se transformado na base do novo sistema monetário, atuando como reserva e ativo financeiro de quase todos os governos do mundo.

Mas logo depois, no início do século XXI, esse projeto imperial começou a apresentar algumas dificuldades, apesar de sua estrutura de poder global. Depois de

vencer a Guerra do Afeganistão, os Estados Unidos lideraram e venceram a Guerra do Iraque, em 2003, conquistando Bagdá, destruindo as forças militares iraquianas e destituindo o presidente Saddam Hussein. Após suas duas vitórias, entretanto, as forças norte-americanas não conseguiram reconstruir os dois países, nem conseguiram definir com precisão seus objetivos de longo prazo, depois da constituição de governos locais tutelados. Mas estes foram apenas os dois últimos episódios de uma experiência política e militar imperial que não tem sido bem sucedida, do ponto de vista dos objetivos imediatos dos Estados Unidos. Suas intervenções militares não expandiram a democracia nem os mercados livres; as guerras aéreas não foram suficientes, sem a conquista territorial; e a vitória militar não conseguiu dar conta do controle territorial e da reconstrução nacional dos países derrotados. Com certeza, não se trata de uma “crise final” do poder americano, nem do apocalipse do sistema mundial. O que está acontecendo é que o projeto imperial dos Estados Unidos alcançou seu limite. Por duas razões fundamentais: em primeiro lugar, parece impossível de sustentar um império global sem colônias, só com bases militares, e os Estados Unidos não têm disposição nacional de arcar com os custos de um sistema colonial; em segundo lugar, uma vez mais, o sucesso da estratégia “asiática” dos Estados Unidos, dos anos 1970, já gerou uma nova realidade que lhes escapa ao controle e, hoje, os Estados Unidos não têm mais como frear a expansão econômica da China, nem teriam mais como conceber um império mundial que não contasse pelo menos com uma parceira chinesa.

Mas, neste momento, o quadro é bem mais complicado, porque o atolamento militar americano no Oriente Médio e a velocidade gigantesca do expansionismo econômico chinês estão provocando, em conjunto, uma rápida fragmentação do sistema mundial e a volta da luta pelas supremacias regionais. Ninguém mais acredita na possibilidade de uma “vitória definitiva” na “guerra global” ao terrorismo, na forma que vem sendo conduzida pelos Estados Unidos, desde 2001. Nem acredita que se possa parar, interromper ou desacelerar a “asiatificação” da economia mundial. E não existe, neste momento, mais nenhum projeto “ético” ou ideologia capaz de mobilizar a opinião pública mundial, legitimar as intervenções americanas ou agregar as principais potências. A utopia da globalização se converteu num lugar comum e perdeu sua capacidade de convencimento, a social-democracia padece de anemia profunda e o nacionalismo está reaparecendo por todos os lados. Não existe, dentro dos Estados Unidos, neste momento, nenhuma alternativa política, suficientemente poderosa, com um projeto claro de mudança da sua atual estratégia internacional. Enquanto isso, estamos assistindo a um retorno do sistema mundial à “geopolítica das nações”

e à competição mercantilista entre as suas economias nacionais, com repercussões em todos os cantos do mundo.

A volta dos estados nacionais

Resumindo: neste início do século XXI, a crise expansiva do império americano está reacendendo a competição entre as nações, e, em todos os lados, o que se observa é uma diminuição da capacidade de intervenção unilateral dos Estados Unidos, com o aumento dos graus de incerteza e de liberdade de ação das velhas e novas potências, em cada um dos “tabuleiros regionais” do sistema mundial:

i) Começando pelo Oriente Médio, que se transformou no epicentro da conjuntura internacional e no principal símbolo das limitações atuais do projeto imperial americano: o insucesso da intervenção militar, sobretudo depois do fim da Guerra do Iraque, descreditou definitivamente o projeto do “Grande Médio Oriente” da segunda administração Bush, que se propunha implantar democracias e mercados livres, no território situado entre o Marrocos e o Paquistão. Mas, além disto, corroe a credibilidade das ameaças americanas de intervenção no Irã, na Coreia do Norte ou em qualquer outro estado com alguma força militar e apoio internacional. Muito mais grave do que isto, entretanto, é a guerra civil que ameaça estilhaçar o território do Iraque e que não tem perspectiva de conclusão. E o efeito paradoxal da ação norte-americana, que provocou uma reviravolta na correlação de poder regional, ao fortalecer o eixo de poder xiita, liderado pelo Irã, que se transformou no grande desafiante da hegemonia norte-americana no Oriente Médio. Com o aumento do poder dos xiitas na região, o Irã exerce hoje uma influência, cada vez maior, no próprio Iraque, no Líbano, na Palestina e dentro de todos os grupos islâmicos mais resistentes ao poder de Israel e dos Estados Unidos, dentro da região. Este aumento da influência iraniana acirrou a competição regional com Israel, mas também com o Egito, Arábia Saudita, Jordânia, e pode ter desdobramentos muito complicados, se desencadear uma corrida atômica na região. Os Estados Unidos seguirão tendo grande influência no Oriente Médio, mas perderam sua posição arbitral e, daqui para frente, terão de conviver com a presença ativa da Rússia, da China e de outros países com interesses nos recursos energéticos do Oriente Médio. E, sobretudo, terão de conviver com o desafio e a competição hegemônica com o Irã, dentro da própria região.

ii) Na Europa, a situação é menos conflitiva, mas é indisfarçável o aumento da resistência ao unilateralismo norte-americano e ao poder militar da OTAN. Aumen-

tou o tamanho da União Europeia bem como a extensão da OTAN, mas a Europa vive, neste momento, uma situação de paralisia estratégica e decisória. E seu principal problema está cada vez mais visível: a União Europeia não dispõe de um poder central unificado e homogêneo, capaz de definir e impor objetivos e prioridades estratégicas ao conjunto dos estados associados. Pelo contrário, está cada vez mais dividida entre os projetos europeus de seus membros mais importantes, a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha. Uma divergência que não esconde a competição secular entre estes três países, que ficou adormecida depois da Segunda Guerra Mundial, mas reapareceu depois do fim da Guerra Fria, com a reunificação da Alemanha e o ressurgimento da Rússia. É indisfarçável o temor atual da França e da Grã-Bretanha, frente ao fortalecimento da Alemanha, no centro da Europa.¹⁰ E não há dúvida que a reunificação da Alemanha e o reaparecimento da velha Rússia, no cenário europeu, atingiram fortemente o processo da unificação europeia. A Alemanha fortaleceu sua posição como a maior potência demográfica e econômica do continente e passou a ter uma política externa mais autônoma, centrada nos seus próprios interesses nacionais. Depois da sua reunificação, a Alemanha vem aprofundando a sua *Ostpolitik* dos anos 60 e vem promovendo uma forte expansão econômico-financeira, na direção da Europa Central e da Rússia. Uma estratégia que recolocou a Alemanha no epicentro da luta pela hegemonia dentro de toda a Europa e dentro da própria União Europeia, ofuscando o papel da França e desafiando o “americanismo” da Grã-Bretanha. Nesta mesma direção, não é improvável uma aliança cada vez mais estreita entre a Alemanha e a Rússia, que é a maior fornecedora de energia da Alemanha e de toda a Europa, além de ser a segunda maior potência atômica do mundo. Mas, se esta aliança existir, afetará radicalmente o futuro da União Europeia e de suas relações com os Estados Unidos, e não é improvável que traga de volta a competição geopolítica dos estados europeus que foram os fundadores do atual sistema mundial.

iii) Na América Latina, o cenário é um pouco diferente, porque até hoje, a América foi o único continente do sistema mundial onde nunca existiu uma disputa hegemônica entre os seus próprios estados nacionais. Primeiro, ela foi colônia e, em seguida, “fronteira de expansão” ou “periferia” da economia europeia, mas, depois da sua independência, esteve sempre sob a égide anglo-saxônica: da Grã-Bretanha, até o fim do século XIX, e dos Estados Unidos, até o início do século XXI. Por outro lado, nestes

¹⁰ No momento da reunificação alemã, em 1991, a primeira ministra inglesa, Margaret Thatcher, chegou a dizer para o presidente François Mitterrand, numa reunião de cúpula de União Europeia, que “a situação agora havia ficado mais perigosa, porque a Alemanha já estava a caminho de reconstruir o seu império”, citado no jornal *Le Monde* de 13 de maio de 2005, p. 12.

quase dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais abaixo do Rio Grande, nunca atingiram a intensidade nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa. E tampouco se formou na América Latina um sistema integrado e competitivo de estados e economias nacionais, como viria a ocorrer na Ásia, depois da sua descolonização. Como conseqüência, os estados latino-americanos nunca ocuparam posição importante nas grandes disputas geopolíticas do sistema mundial, e funcionaram durante todo o século XIX, como uma espécie de laboratório de experimentação do “imperialismo de livre comércio”. Depois da Segunda Guerra Mundial e durante a Guerra Fria, os governos sul-americanos alinharam-se ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba. Depois da Guerra Fria, durante a década de 1990, a maioria dos governos da região aderiu às políticas e reformas neoliberais, preconizadas pelos Estados Unidos. Mas agora, no início do século XXI, a América do Sul, em particular, está vivendo uma grande mudança, com uma virada à esquerda da maioria dos seus governos que são críticos das políticas neoliberais e do “imperialismo norte-americano”. Neste sentido, é inegável que está em curso uma mudança no relacionamento da América do Sul com os Estados Unidos, sobretudo, depois da moratória bem sucedida da Argentina, em 2001, do fracasso do golpe de estado na Venezuela, que contou com a simpatia norte-americana, em 2002, e da rejeição do projeto norte-americano da ALCA, na reunião de Punta del Este, em 2005. Tudo isto, ao mesmo tempo em que se expandia o MERCOSUL, se formava a Comunidade Sul-Americana de Nações e a ALBA e ressurgia no continente a proposta de construção de um “socialismo do século XXI”, esquecida desde a derrota de Salvador Allende, em 1973.

iv) Durante a década de 1990, generalizou-se a convicção de que a África seria um continente “inviável” e marginal dentro do processo vitorioso da globalização econômica. Tratava-se de um continente que não interessaria às Grandes Potências, nem às suas corporações e bancos privados. Mas a África não é tão simples nem homogênea, com seus 53 estados, cinco grandes regiões e seus quase 800 milhões de habitantes. Um mosaico gigantesco e fragmentado de estados, onde não existe um verdadeiro sistema estatal competitivo, nem tampouco se pode falar de uma economia regional integrada. De fato, o atual sistema estatal africano foi criado pelas potências coloniais européias e só se manteve “integrado”, até 1991, graças à Guerra Fria e à sua disputa bi-polar, que atingiu a África Setentrional, depois da crise do Canal de Suez em 1956, a África Central, depois do início da luta pela independência do Congo, na década de 1960, e finalmente, a África Austral, depois da independência de Angola e Moçambique, em 1975. Depois da Guerra Fria e depois do fracasso da “intervenção humanitária” dos Estados Unidos na Somália, em 1993, o presidente

Clinton visitou o continente africano, em 1998, e definiu a estratégia americana – de “baixo teor” – para o continente negro: paz e crescimento econômico, através dos mercados, da globalização e da democracia. Poucos anos depois, durante o primeiro governo republicano de George Bush (filho), os Estados Unidos participaram de várias negociações e forças de paz e se envolveram no controle dos processos eleitorais das novas democracias, da Libéria, da Serra Leoa, do Congo, do Burundi e do Sudão. Mas de fato, a preocupação dos Estados Unidos com a África se restringe hoje, quase exclusivamente, à disputa das regiões petrolíferas e ao controle e repressão das forças islâmicas e dos grupos terroristas do Chifre da África. Nesse sentido, apesar dos gestos de boa vontade, tudo indica que a velha Europa não tem mais “fôlego” e os Estados Unidos não têm “capacidade instalada” suficiente, ou mesmo disposição, para cuidarem do projeto de “renascimento africano”, proposto pelo presidente Mandela, na década de 1990. Assim, para além das lutas tribais, não é improvável que, neste vácuo, acabe surgindo uma luta hegemônica local, ou que a nova presença econômica massiva da China e da Índia acabe se transformando num fator político importante, dentro da região.

v) Por fim, no leste asiático, o sistema regional de estados e economias nacionais lembra, cada vez mais, o velho modelo europeu de acumulação de poder e riqueza, que está na origem do atual sistema mundial. É a região de maior dinamismo econômico, dentro do sistema mundial, e, ao mesmo tempo, é onde está em curso a competição mais intensa e explícita, pela hegemonia regional, envolvendo suas velhas potências imperiais, a China, o Japão e a Coreia, mas também a Rússia, e os Estados Unidos. Até os anos 30, o Japão foi o aliado principal da Grã-Bretanha na região e, depois, também dos Estados Unidos até a invasão japonesa da China, em 1938. Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se opuseram à invasão japonesa e se aproximaram da China, patrocinando sua participação na reunião tripartite de Moscou, em que foi convocada a Conferência de São Francisco, e depois patrocinaram a inclusão da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com o começo da Guerra Fria e com a vitória da Revolução Chinesa, seguida pelas Guerras da Coreia e do Vietnã, o Japão foi “reabilitado” e foi transformado em “protetorado militar” dos Estados Unidos, com uma posição econômica muito importante, dentro da hegemonia americana no sudeste asiático. Mas, a partir da década de 1970, a mudança da estratégia internacional dos Estados Unidos e sua reaproximação da China alteraram essa arquitetura regional montada depois da Segunda Grande Guerra. Na nova configuração, fortaleceu-se a posição chinesa, aumentando sua competição regional com o Japão, que foi agravada, recentemente, com a primeira experiência nuclear da Coreia

do Norte. No fim do século XX e no início do século XXI, o crescente envolvimento militar dos Estados Unidos com o Oriente Médio e com sua “guerra global” ao terrorismo diminuiu sensivelmente sua capacidade de intervenção direta nos assuntos do leste asiático. E está cada vez mais claro que se aumentar o distanciamento militar americano da região, haverá um rápido rearmamento japonês, com forte conotação nacionalista. Mais do que isto, se a Coreia do Norte não interromper suas experiências atômicas, é provável que o Japão venha a ter o seu próprio arsenal atômico. Um quadro que pode complicar-se ainda mais, se a Índia for obrigada a envolver-se nesta disputa hegemônica, por sua própria decisão, ou por conta de uma aliança estratégica com os Estados Unidos. De qualquer maneira, a grande novidade geopolítica do Leste Asiático e a grande incógnita sobre seu futuro estão ligadas à nova expansão global da China. Até o momento, ela tem se mantido fiel ao modelo original da expansão chinesa, do século XV, que foi basicamente diplomática e mercantil, à diferença da expansão bélica e mercantil – e depois capitalista – dos europeus. Do ponto de vista geopolítico, o mais provável é que a China se restrinja à luta pela hegemonia no sudeste asiático e à sua região próxima do Pacífico, mantendo-se fiel à sua estratégia atual de não provocar nem aceitar nenhum tipo de confronto fora de sua “zona de influência”. Mas, se a China seguir o caminho passado de todas as Grandes Potências que existiram dentro deste sistema mundial “moderno”, é provável que em algum momento, tenha que combinar sua expansão econômica, com uma expansão político-militar global. E, neste caso, enfrentará a resistência e a intervenção do poder global americano. Mas não está excluída a possibilidade de que se repita o que já ocorreu, no século XVII, com a fusão dos interesses econômicos anglo-holandeses e, no século XX, com a fusão dos interesses anglo-americanos. A grande novidade, entretanto, é que já não se trataria de uma relação de competição, guerra e fusão entre europeus ou descendentes de europeus, e sim de um retorno às relações e à rivalidade que esteve no ponto de partida do sistema mundial, uma espécie de “ajuste de contas”, entre os asiáticos e os europeus e seus descendentes.

Uma nova geometria econômica

No final dos anos 90 do século XX, a economia mundial perdeu fôlego, anunciando uma desaceleração cíclica, para a primeira década do século XXI. Depois de 2001, entretanto, houve uma reversão das expectativas, e a economia retomou seu crescimento de forma generalizada e contínua – embora assimétrica –, com

baixa inflação e sem maiores desequilíbrios nos balanços de pagamento, exceto nos Estados Unidos, desde a década de 1980. Mas não existe uma explicação consensual para o que passou em 2001, apesar de que muitos analistas atribuam o novo ciclo ao impulso da política econômica “hiperativa” do governo americano, depois dos atentados de 11 de setembro. Assim mesmo, chama atenção a coincidência temporal desta retomada econômica, com o retorno da “geopolítica das nações” e com o aumento da competição entre os estados e as economias nacionais. E dentro desta perspectiva, o papel decisivo para a reversão econômica de 2001, que cumpriu a política econômica e monetária praticada pela China desde 1995, e mantida a despeito da crise financeira asiática de 1997, quando os chineses assimilaram os custos de manutenção de sua moeda e aceleraram seu gasto público para manter o dinamismo de seu mercado interno, liderando a retomada quase imediata da economia regional.¹¹ Já dissemos, no início deste trabalho, que essa convergência entre a geopolítica e a acumulação do capital não é permanente, nem é universal. Há momentos históricos e setores econômicos em que seu distanciamento é maior, e outros em que a convergência é muito grande. Mas não há dúvida de que a geopolítica e a economia andam quase sempre juntas, quando se trata da competição e da luta por recursos naturais escassos e estratégicos, tanto para os estados como para os capitais privados. Neste campo, a disputa mais violenta sempre se deu em torno do controle e monopolização das fontes energéticas indispensáveis ao funcionamento econômico do sistema mundial e de todas as suas economias nacionais, em particular a das suas Grandes Potências.

Estados Unidos, China e Índia

E agora, de novo, a grande competição econômica mundial e a grande disputa geopolítica estão se dando em torno dos territórios e das regiões que dispõem dos excedentes energéticos para mover a nova “locomotiva” do crescimento mundial, puxada pelos Estados Unidos e a China, com efeitos imediatos sobre a Índia. Basta olhar para as duas pontas deste novo eixo – Ásia e EUA – e para suas necessidades energéticas atuais e futuras, para visualizar o mapa das disputas e das

¹¹ Como observou Carlos Medeiros (2006), “em síntese, é possível dizer que a preservação da estabilidade nominal do RMB, ao mesmo tempo em que mantém a expansão do mercado interno, tem sido, até o presente momento, uma estratégia a um tempo centrada nas prioridades nacionais e, ao mesmo tempo, voltada a ampliar as relações de comércio e investimento da China na Ásia”, e “O controle dos fluxos de capitais externos e a magnitude de suas reservas permitiram à China responder à contração do ritmo do crescimento de suas exportações decorrentes da crise asiática com um elevado esforço de gastos públicos voltados à construção civil e infra-estrutura” (pp. 5 e 3).

suas sinergias positivas, através do mundo. Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial e vêm crescendo, nas duas últimas décadas, a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso mesmo, ao fazer seu *Mapa do Futuro Global*, em 2005, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu que, se forem mantidas as atuais taxas de crescimento das duas economias nacionais, a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético e a Índia em 100%, até 2020. Mas nenhum dos dois países tem condições de atender suas necessidades através do aumento da produção doméstica de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje é o segundo maior importador de óleo do mundo. E essas importações atendem apenas um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior: nestes últimos quinze anos essa dependência aumentou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar ainda mais o quadro da competição econômica e geopolítica na Ásia, o Japão e a Coreia também dependem de suas importações de petróleo e de gás, para sustentar suas economias domésticas. Esta situação de carência coletiva e competitiva é que explica a aproximação recente, de todos estes países asiáticos, do Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. E explica também a ofensiva diplomática e econômica da China e da Índia, na Ásia Central, na África e na América Latina, como também no Vietnã e na Rússia. Além da participação conjunta da China e da Índia na disputa com os Estados Unidos e com a Rússia pelo petróleo do Mar Cáspio e pelos seus oleodutos alternativos de escoamento. A estratégia de competição e expansão é seguida, também, pelas grandes corporações privadas chinesas e indianas, que já saíram de sua zona tradicional de atuação e hoje operam no Irã, na Rússia e até nos Estados Unidos. Com impactos militares quase imediatos, como diagnostica o "Instituto Internacional de Estudos Estratégicos", de Londres, que atribui a essa disputa energética a recente reestruturação da marinha militar da China e da Índia e sua presença cada vez maior no Mar da Índia e no Oriente Médio.

Na outra ponta deste novo eixo dinâmico da economia mundial, estão os Estados Unidos, que continuam sendo os maiores consumidores de energia do mundo e que, além disto, estão empenhados em diversificar suas fontes de fornecimento para diminuir sua dependência em relação aos países do Oriente Médio. Hoje a Arábia Saudita só atende a 16% da demanda interna dos Estados Unidos, que já conseguiram deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá, seguidos pela Venezuela que é seu quarto principal fornecedor de petróleo. Além disto, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo pra-

zo com a Rússia e têm avançado de forma agressiva e competitiva sobre os novos territórios petrolíferos situados na África Subsaariana, na Ásia Central, na região do Mar Cáspio. Portanto, os Estados Unidos estão disputando com a China, com a Índia, todos os territórios com excedentes energéticos atuais ou potenciais. E esta competição está se transformando num novo triângulo econômico, complementar e competitivo, a um só tempo, que está cumprindo uma função organizadora e dinamizadora de várias regiões e economias nacionais, através de todo o mundo, incluindo a América do Sul e a África.

Estados Unidos, China e América do Sul

No caso da América do Sul, também ocorreu uma reversão das expectativas econômicas pessimistas, no início do século XXI. Prognosticava-se um período de "vacas magras", com crescimento baixo e desequilíbrios externos, sobretudo depois das crises da Argentina e da Venezuela, em 2001 e 2003. Mas depois de 2002, houve uma retomada do crescimento, em todos os países do continente, liderado pela rápida recuperação das economias da Argentina e da Venezuela, que superaram a crise e já alcançaram seus níveis de atividade anteriores à própria crise, crescendo a taxas médias, entre 7 e 9%, nestes últimos quatro anos, enquanto o resto do continente está crescendo a taxas médias que variam entre 3,5% e 5,5%, com a exceção mais notável do Brasil, que vem crescendo, há mais de duas décadas, a uma taxa média aproximada de apenas 2,5%. Como em outros momentos da economia internacional, agora de novo, as economias exportadoras sul-americanas estão acompanhando o ciclo expansivo da economia mundial, liderado pelos Estados Unidos e a China. Mas existe uma grande novidade, neste novo ciclo de crescimento sul-americano: o peso decisivo das exportações, importações asiáticas no continente, em particular da China, que tem sido a grande responsável pelo aumento das exportações sul-americanas de minérios, energia e grãos. E, ao mesmo tempo, suas exportações para a América Latina aumentaram 52%, em 2006, enquanto as dos Estados Unidos só aumentaram 20%. Só para o Brasil, as vendas chinesas cresceram 53%, enquanto as exportações brasileiras para a China cresceram um 32% no mesmo ano. Em 2006, o Brasil já importou mais da Ásia do que de seus parceiros tradicionais, os Estados Unidos e a Europa, e a China já superou o Brasil como maior fornecedor de produtos manufaturados, para os países da América Latina. Só para que se tenha uma idéia da velocidade dessas mudanças, basta dizer que, em 1990, o Brasil fornecia 10% das importações de manufaturados do Chile, enquanto a China fornecia 1%, e, 15 anos depois, o Brasil

fornece 13% e a China já chegou a 12%. Mas, além do comércio, a China está tentando ocupar um papel cada vez mais importante, dentro da região, como investidor.

Do ponto de vista interno da economia sul-americana, os novos preços internacionais dos minérios e da energia têm fortalecido a capacidade fiscal dos estados produtores e estão servindo para financiar alguns projetos ambiciosos de integração física e energética, dentro do próprio continente. Além disto, as vultuosas reservas em moeda forte da Venezuela já lhe permitiram atuar, duas vezes, como “emprestador em última instância” da Argentina e do Paraguai, criando um novo tipo de relacionamento e integração absolutamente original na história da América do Sul.

De todos os pontos de vista, portanto, a China vem cumprindo um papel novo e fundamental na economia sul-americana. Os Estados Unidos seguem sendo a potência hegemônica na América do Sul, e não é provável que os chineses se envolvam politicamente na região. Mas não há dúvida de que esta “bonança” internacional, liderada pelos Estados Unidos e pela China tem contribuído para o surgimento de um triângulo econômico novo, e para uma maior autonomia da política externa da América do Sul com relação aos seus centros tradicionais de poder econômico e político.

China, Índia e África

No caso da África também ocorreu algo análogo. Na década de 1990, depois da Guerra Fria e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento, reforçando a imagem muito difundida de um continente inviável. Com “estados falidos”, “guerras civis”, “genocídios” e grandes epidemias, mas, além disto, com apenas 1% do PIB mundial, 2% das transações comerciais globais e menos de 2% do investimento direto estrangeiro em todo o mundo. Assim mesmo, nas primeiras décadas da independência, alguns dos novos estados africanos tiveram forte crescimento econômico, como economias “primário-exportadoras”. Este sucesso inicial, entretanto, foi atropelado por sucessivas crises políticas, pela crise econômica dos anos 70 e pela mudança de rumo do sistema econômico mundial. A partir dos 70/80, a economia africana experimentou um declínio contínuo, até alcançar os níveis muito baixos da década de 1990. No longo prazo, entretanto, como na maioria dos países latino-americanos, as economias africanas dependem das suas exportações de matérias-primas, e o seu desempenho acompanha os ciclos da economia internacional. E é isto o que vem ocorrendo, uma vez mais. Desde o final da década de 1990, pelo menos, está em

curso uma nova mudança do panorama econômico africano, em particular na África Subsaariana. O crescimento econômico médio, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5%, entre 2000 e 2005, alcançando a taxa de 5,3% em 2006, com uma previsão de que chegue a 5,5% em 2007 e 2008. Desde a metade da década de 1990, 16 países da região, onde vivem 35% da sua população, vêm crescendo a taxas superiores a 5,5%, e alguns países produtores de petróleo a taxas “exorbitantes”, como no caso, por exemplo, de Angola, 16,9%, Sudão, 11,8% e Maurítânia, 17,9%.

Por trás dessa transformação africana, o que se esconde, uma vez mais, é o enorme crescimento dos dois gigantes asiáticos, a China e a Índia. A China e a Índia, que consumiam 14% das exportações africanas, no ano 2000, hoje consomem 27%, o mesmo que a Europa e os Estados Unidos. Enquanto que as exportações asiáticas para a África vêm crescendo a 18% ao ano, e o mesmo está acontecendo com os investimentos diretos chineses e indianos, na África Negra, concentrados em energia, minérios e infra-estrutura. Basta dizer que já existem no continente africano, mais de 800 companhias, com 900 projetos de investimento e 80.000 trabalhadores chineses. Um verdadeiro “desembarque econômico”, liderado por empresas estatais que vem sendo seguidas, ainda que em menor escala, pelo governo e pelos capitais privados indianos que estão fazendo um movimento análogo de investimento massivo e de aprofundamento das suas relações políticas, econômicas e culturais com a África.

Deste ponto de vista, todos os sinais estão apontando na mesma direção: a África Subsaariana está se transformando numa nova fronteira de expansão econômica e política da China e da Índia, nas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, está se formando um novo triângulo geoeconômico envolvendo a China, a Índia e a África Negra. Mas não é provável que os Estados Unidos abandonem suas posições na região, sobretudo na luta pela sua “segurança energética”. Mas, não há nada que impeça que a África possa se transformar também num espaço privilegiado de complementação entre os interesses econômicos asiáticos e norte-americanos.

Em síntese: a mudança das relações econômicas entre a Ásia, a África e a América Latina, lideradas pela China e pela Índia, é um fato de enorme importância no redesenho econômico do sistema mundial. Pela primeira vez, na história do sistema econômico mundial, as relações entre países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (que antes se chamavam de terceiro mundo) adquirem uma densidade material importante e expansiva, com capacidade de gerar interesses concretos, no mundo do capital e do poder. Quase no mesmo espaço onde floresceram, no século XX, as ideologias terceiro-mundistas e o movimento dos países “não-alinhados”.

Brics: “Potências expansivas” e “estados relevantes”

Na geopolítica das nações, não há lugar para alianças baseadas apenas em médias estatísticas, semelhanças sociológicas ou analogias históricas. E as coincidências ideológicas só operam com eficácia quando coincidem com as necessidades dos países, do ponto de vista do seu desenvolvimento e de sua segurança. Desse modo, a formação de um espaço econômico com fluxos comerciais e financeiros, mais ou menos significativos, entre a Rússia, China, a Índia, o Brasil e a África do Sul, é um fato novo e pode vir a ser a base material de algumas parcerias setoriais e localizadas, entre todos ou alguns destes cinco países. Mas é muito pouco provável que este simples nexos econômico sustente ou justifique uma aliança estratégica entre eles, de tipo geopolítico e de longo prazo. Por isto, a construção de uma agenda comum, entre Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul, deve partir do reconhecimento das diferenças existentes entre suas distintas inserções e interesses, dentro do sistema mundial. São cinco países que ocupam posição de destaque, nas suas respectivas regiões, devido ao tamanho de seu território, de sua população, e de sua economia. Mas ao mesmo tempo, são cinco países completamente diferentes, do ponto de vista de sua inserção internacional, dos seus interesses geopolíticos, e de sua capacidade de implementação autônoma de decisões estratégicas.

Rússia

Logo depois da dissolução da União Soviética e durante toda a década de 1990, muitos analistas vaticinaram o fim da grande potência que ingressou no cenário europeu, com as guerras de conquista de Pedro o Grande, no início do século XVIII. Em 1994, Henry Kissinger chegou a afirmar, no seu livro *Diplomacy*, que os Estados Unidos e a Europa teriam que enfrentar um problema novo e inesperado: a administração da desmontagem do “império russo”. Por causa de suas consequências econômicas imediatas e desastrosas, mas também por causa do problema geopolítico criado ao Leste, pelo nascimento dos novos estados nacionais, que recolocavam o problema da fronteira oriental da Europa, e das suas relações contraditórias com a Rússia. Naquele momento, para Kissinger, o fundamental era impedir o aparecimento de uma “terra de ninguém” no leste da Europa. Talvez por isto, os Estados Unidos lideraram a expansão imediata das fronteiras da OTAN, tomando posição militar em

quase todo o território da Europa Central, já na década de 1990. Mas, ao mesmo tempo, esta expansão apressada da OTAN e da União Européia, e sua intervenção militar nos Bálcãs, acabou tendo um papel decisivo na vitória política de Vladimir Putin, responsável pelo redesenho da política externa e da estratégia militar da Rússia, a partir da sua posse, no ano 2000. Em plena crise econômica, o novo governo reafirmou a intenção de manter uma economia de mercado, mas iniciou a imediata reconstrução do estado russo, anunciou seu apoio ao complexo militar-industrial, e reaproximou-se de quase todos os países aliados da antiga URSS, iniciando uma aliança estratégica com a China e a Índia. A Rússia seguia sendo detentora do segundo maior arsenal atômico do mundo, e, exatamente no ano 2000, o governo russo aprovou a nova doutrina militar proposta pelo Conselho de Segurança Nacional, que autorizou o governo russo à utilização preventiva de armamento nuclear em caso de ataque à Rússia, mesmo que seja um ataque convencional massivo e caso fracassem todos os demais esforços para repelir o agressor. Já naquele momento, no ano 2000, os líderes militares e civis russos alertaram os Estados Unidos com a possibilidade da retomada da corrida nuclear, caso os norte-americanos insistissem no seu projeto de criação de um sistema global de proteção contra mísseis estratégicos. Problema que voltou a se colocar recentemente, com a decisão norte-americana de instalar seu sistema antimíssil, na Europa Central. Uma decisão que vem provocando fortes reações de Moscou, com o anúncio de uma nova doutrina militar ainda mais ofensiva e a retomada do programa russo de modernização de seu sistema balístico e nuclear. Tudo isto, no momento em que a Rússia obtém ganhos crescentes – econômicos e geopolíticos – com suas fontes energéticas, e no momento também em que retomou, no início de 2007, seu nível de atividade econômica anterior à grande crise dos 90. Uma expansão econômica e militar que já recolocou a Rússia entre as grandes potências, com uma intervenção crescente nos conflitos da Ásia Central e do Oriente Médio e com a posição de grande fornecedor de armamento e tecnologia militar para a China, a Índia, o Irã e vários outros países ao redor do mundo, incluindo recentemente a Argentina e a Venezuela. De tal maneira que, apenas quinze anos depois do fim da União Soviética, todos os sinais indicam uma nova onda de modernização da economia russa estreitamente associada com os desafios militares e os objetivos estratégicos do país, como aconteceu em vários outros momentos da história da Rússia e da própria União Soviética. Uma potência que se expandiu de forma contínua, a partir do fim do século XV, com a conquista sucessiva de Novgorod, dos Khanatos do Volga, do Mar Negro, da Ucrânia, da Sibéria, da Letônia, Estônia e Lituânia, da Polônia, da Finlândia, do Cáucaso, da Ásia Central e, finalmente, da Europa Central. Transformando-se no maior estado

territorial do mundo, com interesses estratégicos, e com uma enorme capacidade de resistência militar e econômica, como ficou comprovado nas Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, e na Primeira e Segunda Guerra Mundial, do século XX. E tudo indica que neste início do século XXI, a Rússia está recuperando rapidamente esta sua velha importância estratégica, como Grande Potência que dividiu o mundo com os Estados Unidos durante a segunda metade do século XX.

China e Índia

A China e a Índia possuem, em comum, civilizações milenares e um terço da população mundial. Mas, mais importante que isto, é o fato de que esses dois gigantes asiáticos possuem entre si 3.200 quilômetros de fronteira comum, afora as fronteiras que ambos têm com o Paquistão, com o Nepal, com o Butão e com Mianmar. Além disto, China e Índia têm territórios em disputa, guerrearam entre si, nas últimas décadas, e são potências atômicas. Dentro do xadrez geopolítico asiático, os indianos consideram que as relações amistosas da China com o Paquistão, com Bangladesh e com o Sri Lanka fazem parte de uma estratégia chinesa de “cerco” da Índia e de expansão chinesa no Sul da Ásia, a “zona de influência” imediata dos indianos. Por sua vez, os chineses consideram que a aproximação recente entre os Estados Unidos e a Índia e a sua nova parceria estratégica e atômica fazem parte de uma estratégia de “cerco” da China. Tudo isto, são fatos, expectativas e desdobramentos que caracterizam uma relação muito próxima de competição territorial e bélica, em torno da supremacia no Sul e no Sudeste da Ásia, envolvendo Estados Unidos, China e Índia. Além disto, como já vimos, China e Índia também competem, neste momento, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África, na luta para assegurar sua “segurança energética”. A China investe hoje pesados recursos na modernização de suas forças armadas e dos seus arsenais. Como no caso da frota submarina chinesa, movida, simultaneamente, à energia diesel e à energia atômica, o que caracteriza uma indiscutível preocupação de controle marítimo do Pacífico Sul. E o mesmo se pode dizer do recente desenvolvimento do novo sistema chinês de ataque e destruição de satélites – tecnologia que só os Estados Unidos e a Rússia tinham – e que coloca a China em condições de destruir o nexo básico de controle da nova tecnologia de guerra norte-americana. Por outro lado, não é segredo para ninguém que a China ocupa hoje um lugar central dentro do planejamento estratégico dos Estados Unidos, ocupando a posição do adversário potencial indispensável à organização e expansão do poder americano. Afinal, a China teve um papel decisivo nas Guerras da Coreia e

do Vietnã e tem todas as características das Grandes Potências que existiram dentro do sistema mundial, desde suas origens européias, no século XVI. Com a diferença, como já vimos, que até agora, o expansionismo chinês, fora da Ásia, tem sido quase estritamente diplomático e econômico. Mas dentro da Ásia, o projeto chinês é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar.

A Índia, por outro lado, não apresenta, à primeira vista, as características de uma potência expansiva e se comporta estrategicamente como um estado que foi obrigado a se armar para proteger e garantir sua segurança, numa região de alta instabilidade, onde sustenta uma disputa territorial e uma competição atômica também com o Paquistão, além da China. Mas assim mesmo, desenvolve e controla tecnologia militar de ponta, como no caso do seu sofisticado sistema balístico e do seu próprio arsenal atômico, e possui um dos exércitos mais bem treinados de toda a Ásia. Assim mesmo, foi só depois da sua derrota militar, para a China, em 1962, e da primeira explosão nuclear chinesa, em 1964, logo antes da sua guerra com o Paquistão, em 1965, que a Índia abandonou o “idealismo prático” da política externa de Neruh e adotou a *realpolitik* do primeiro ministro Bahadur Shastri, que autorizou o início do programa nuclear indiano, na década de 1960. Foi quando a Índia mudou a sua política externa e adotou uma nova estratégia atômica de defesa nacional, que atingiu sua maturidade, com as explosões nucleares de 1998 e com o sucesso do míssil balístico indiano Agni II, em 1999. Naquele momento, a Índia assumiu plenamente a condição de potência nuclear e definiu sua nova estratégia de inserção regional e internacional, com base na expansão simultânea e conjunta do seu poder econômico e militar, uma característica de todos os estados e economias nacionais capitalistas de sucesso.

Brasil e África do Sul

O Brasil e África do Sul compartilham com a China e a Índia o fato de serem os estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto, e do comércio interno e externo da América do Sul e da África. Mas não têm disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças internas ou externas à sua segurança e não são potências militares relevantes. Depois da Segunda Guerra Mundial e durante o período do *apartheid*, entre 1948 e 1991, a África do Sul enfrentou uma rebelião social e política interna quase permanente, foi objeto do boicote da comunidade internacional e, na década de 80, travou uma guerra regional, com os países da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral. Mas, depois do fim do *apartheid* e

da eleição de Mandela, as questões da segurança interna e da inserção internacional da África do Sul mudaram radicalmente, em particular no caso da África Negra. Desde sua democratização, a África do Sul se envolveu em quase todas as negociações de paz dentro do continente negro, mas sem jamais apresentar nenhum traço expansivo ou disposição para uma luta hegemônica dentro da África. Pelo contrário, tem sido um estado que se move com enorme cautela, talvez devido ao seu próprio passado racista e belicista. Por outro lado, desde o primeiro governo de Mandela, a África do Sul tem se proposto cumprir um papel de ponte entre a Ásia e a América Latina, mas o volume e o ritmo de crescimento do PIB sul-africano, o tamanho de sua população, suas limitações militares e sua falta de coesão interna impedem que a África do Sul possa aspirar à qualquer tipo de supremacia, que não seja na sua região imediata, na África Austral, ou na condição de um “estado relevante” para os assuntos da África Negra.

Por outro lado, o Brasil também nunca foi um estado com características expansivas, nem disputou jamais a hegemonia da América do Sul, com a Grã-Bretanha ou com os Estados Unidos. Depois de 1850, o Brasil não enfrentou mais guerras civis ou ameaças de divisão interna e, depois da Guerra do Paraguai, na década de 1860, o Brasil teve apenas uma participação pontual, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, e algumas participações posteriores nas “forças de paz” das Nações Unidas e da OEA. Sua relação com seus vizinhos da América do Sul, depois de 1870, foi sempre pacífica e de pouca competitividade ou integração política e econômica, e durante todo o século XX, sua posição dentro do continente foi a de sócio auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil não teve maior participação na Guerra Fria, mas apesar do seu alinhamento com os Estados Unidos, começou a praticar uma política externa um pouco mais autônoma, a partir da década de 1960. Na década de 70, em particular no governo do General Ernesto Geisel, o Brasil se propôs um projeto de “potência intermediária”, aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo seu acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas e assinando um acordo atômico com a Alemanha. Mas sua crise econômica dos anos 80 e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi completamente engavetado, quando o Brasil voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e seu projeto de criação da ALCA. Mais recentemente, entretanto, depois de 2002, a política externa brasileira mudou uma vez mais de rumo e definiu como sua nova prioridade a integração sul-americana, através do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações, além de se propor uma relação mais estreita com alguns países da África e da Ásia. Mas o Brasil enfrenta algumas limitações importantes, primeiro, devido ao seu baixo crescimento

econômico; segundo, devido à sua pouca capacidade de investimentos públicos e privados, na própria América do Sul; e terceiro, devido à dificuldade de coordenação estratégica do estado brasileiro, depois da sua crise dos anos 80 e da sua desmontagem neoliberal, na década de 1990.

Encontros e desencontros: nota final

Esta breve comparação permite ver as grandes diferenças que separam Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul, dentro do novo contexto internacional que se foi desenhando progressivamente, neste início do século XXI. Depois do fim da União Soviética, a Rússia manteve seu arsenal militar e sua cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas e foi rapidamente incorporada ao G8, apesar de sua crise econômica da década de 90. Depois de 2000, o governo de Vladimir Putin recentralizou o poder interno, retomou o crescimento econômico acelerado e vem perseguindo com tenacidade e rapidez o restabelecimento da Rússia na condição de grande potência mundial, capaz de rivalizar a liderança global dos Estados Unidos. Por sua vez, a China e a Índia, depois dos anos 90, se projetaram dentro do sistema mundial como potências econômicas e militares, têm claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões e ocupam hoje uma posição geopolítica e geoeconômica global absolutamente assimétrica, com relação ao Brasil e à África do Sul. Apesar disso, o Brasil, a África do Sul e a Índia – e mesmo a China, diferente da Rússia – ainda ocupam a posição comum dos “países ascendentes”, que sempre reivindicam mudanças nas regras de “gestão” do sistema mundial, e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Por isto, neste momento, compartilham uma agenda reformista com relação ao Sistema das Nações Unidas e à formação do seu Conselho de Segurança. Da mesma forma como compartilham posições multilaterais e liberalizantes, em matéria de comércio internacional, na Rodada de Doha, formando o G20, dentro da Organização Mundial do Comércio. Nesta nova geopolítica das nações que vai se desenhando no início do século XXI, pode-se prever um distanciamento progressivo da China com relação a qualquer grupo ou aliança que restrinja seus graus de liberdade, uma vez que já vem atuando – em vários contextos – com a postura de quem comparte, e não de quem questiona a atual “gestão” do poder mundial. Daqui para frente, a China deve seguir os passos da Rússia comportando-se como todas as Grandes Potências que fazem ou já fizeram parte do “círculo dirigente” do sistema mundial. E mesmo com relação à Índia, os pontos de convergência serão cada vez

mais tópicos, porque o Brasil e a África do Sul devem se manter fiéis ao “idealismo pragmático” de sua atual política externa, sem contar com as ferramentas de poder e com os desafios externos indispensáveis ao exercício da *realpolitik*, como no caso da Rússia e da China, e, também, no caso da Índia. Neste sentido, o mais provável é que nos próximos anos, Brasil e África do Sul se mantenham na sua condição de “estados relevantes”, mas não expansivos, uma espécie de porta-vozes pacíficos do “bom senso ético universal”.

Bibliografia

- ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1939/1976.
- BACEVICH, A.J. *American Empire*. Cambridge, Harvard University Press, 2002.
- KISSINGER, H. *Diplomacy*. Nova Iorque, Simon & Schuster, 1994.
- TAVARES, M.C., FIORI, J.L. *Poder e Dinheiro. Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis, Editora Vozes, 1977.
- WALTER, A. *World power and world money*. Londres, Harvester Wheatsheaf, 1993.
- BUNDY, W. *A Tangled Web. The Making of Foreign Policy in the Nixon Presidency*. Hill and Wang, New York.
- MEDEIROS, C.A. *A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática*. Paper, Instituto de Economia da UFRJ, 2006.